

RECURSO ESPECIAL Nº 1.300.386 - RS (2011/0312043-5)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO

RECORRENTE : MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA SA CREDITO FIN E INVEST

ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ BARATA DE LACERDA - RS010507

RECORRIDO : UNICASUL GESTÃO EMPRESARIAL LTDA

ADVOGADO : OSCAR JÚLIO CARLETTTO JUNIOR E OUTRO(S) - RS039096

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSENTE QUALQUER JUSTIFICATIVA POR PARTE DO FORNECEDOR PARA A IMPOSIÇÃO AO CONSUMIDOR DE TAXA DE JUROS EXCESSIVA COMO OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA EM CONTRATO DE CONSUMO, O RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO DAS OBRIGAÇÕES EXIGE A REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS FIXADA EM CONTRATO DE ADESÃO. JUROS REDUZIDOS e. PARA 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO, COM FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE NO DISPOSTO NO ART. 52, INCISO II C/C OS ARTS. 39, INCISO V E 51, INCISO IV, TODOS DA LEI Nº 8.078/90. CAPITALIZAÇÃO MENSAL PERMITIDA. ILICITUDE DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, ENTRE OUTRAS RAZÕES PORQUE JÁ PREVISTA A COBRANÇA DE JUROS MORATÓRIOS. DIREITO DO FINANCIADO À COMPENSAÇÃO . ou RESTITUIÇÃO, DE FORMA SIMPLES, DOS VALORES PAGOS A MAIOR. AUSÊNCIA DA MORA SOL VENDI. TUTELAS CAUTELARES REVOGADAS. DE OFÍCIO, DECRETADA A NULIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL ATINENTE À TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO. ABUSIVIDADE DA COBRANÇA DO IOF." (fls. 117)

Os embargos infringentes interpostos pela ora recorrente foram desacolhidos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS INFRINGENTES. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. JUROS REMUNERATÓRIOS.

É nula a taxa de juros remuneratórios em percentual superior a 12% ao ano porque acarreta excessiva onerosidade ao devedor em desproporção à vantagem obtida pela instituição credora, por aplicação do art. 51, IV, do CDC. EMBARGOS INFRINGENTES DESACOLHIDOS, POR MAIORIA." (fl. 146)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação à súmula 294/STJ e aos arts. 458, I e II, 460, 515, caput e §1º, do Código de Processo Civil de 1973; 2º, 3º, 4º, VI e IX, da Lei 4.595/64; 2º e 3º da LICC; 877 do Código Civil de 2002, bem como divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, impossibilidade de julgamento de ofício quanto à cobrança do IOF e da Taxa de Abertura de Crédito - TAC; possibilidade de cobrança de juros remuneratórios e comissão de permanência conforme pactuados e inviabilidade da repetição de indébito.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

De início, cabe ressaltar que enunciados de súmula não estão compreendidos no conceito de lei federal e, portanto, não permitem a abertura da instância especial. Incidência, na hipótese, da Súmula 518/STJ, *verbis*:

"Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula."

Registra-se que o apelo nobre interposto com fundamento na existência de dissídio pretoriano deve observar o que dispõem os arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 1º e § 2º, do RISTJ.

Na hipótese, a recorrente não trouxe para confronto nenhum julgado paradigma de modo a configurar a suposta divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e a jurisprudência desta Corte quanto à cobrança da comissão de permanência, porquanto, a decisão monocrática apontada no recurso especial não serve para demonstrar o alegado dissídio, impondo-se reconhecer, no ponto, a ausência de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA.
EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRINCÍPIO DA*

FUNGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. NÃO CABIMENTO.

1. Admitem-se como agravo regimental os embargos de declaração opostos contra decisão monocrática proferida pelo relator do feito no Tribunal, em nome dos princípios da economia processual e da fungibilidade.

2. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado e demonstrado na forma preceituada pelos arts. 266, § 1º, e 255, § 1º, "a" e "b", e § 2º, do Regimento Interno do STJ, c/c o art. 546, parágrafo único, do CPC.

3. Decisão monocrática não serve como paradigma para a demonstração do dissídio jurisprudencial.

4. Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental ao qual se nega provimento." (EDcl nos EREsp 1441900/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 19/10/2015, g.n.)

Ademais, esta Corte tem entendimento assente no sentido da possibilidade da compensação de créditos ou repetição de indébito, na forma simples, da quantia paga indevidamente, sendo desnecessária a prova do erro no pagamento.

A propósito:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - ARTIGO 1036 E SEGUINTE DO CPC/2015 - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS BANCÁRIOS - PROCEDÊNCIA DA DEMANDA ANTE A ABUSIVIDADE DE COBRANÇA DE ENCARGOS - INSURGÊNCIA DA CASA BANCÁRIA VOLTADA À PRETENSÃO DE COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS 1. Para fins dos arts. 1036 e seguintes do CPC/2015.

1.1 A cobrança de juros capitalizados nos contratos de mútuo é permitida quando houver expressa pactuação.

2. Caso concreto: 2.1 Quanto aos contratos exibidos, a inversão da premissa firmada no acórdão atacado acerca da ausência de pactuação do encargo capitalização de juros em qualquer periodicidade demandaria a reanálise de matéria fática e dos termos dos contratos, providências vedadas nesta esfera recursal extraordinária, em virtude dos óbices contidos nos Enunciados 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

2.2 Relativamente aos pactos não exibidos, verifica-se ter o Tribunal a quo determinado a sua apresentação, tendo o banco-réu, ora insurgente, deixado de colacionar aos autos os contratos, motivo pelo qual lhe foi aplicada a penalidade constante do artigo 359 do CPC/73 (atual 400 do NCPC), sendo tido como verdadeiros os fatos que a autora pretendia provar com a referida

documentação, qual seja, não pactuação dos encargos cobrados.

2.3 Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é possível tanto a compensação de créditos quanto a devolução da quantia paga indevidamente, independentemente de comprovação de erro no pagamento, em obediência ao princípio que veda o enriquecimento ilícito. Inteligência da Súmula 322/STJ.

2.4 Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório. Inteligência da súmula 98/STJ.

2.5 Recurso especial parcialmente provido apenas ara afastar a multa imposta pelo Tribunal a quo." (REsp 1388972/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/02/2017, DJe 13/03/2017, g.n.)

A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do Resp 1.061.530/RS, rel. **Min. NANCY ANDRIGHI**, DJe 10/03/2009, submetido ao regime dos recursos repetitivos (CPC/73, art. 543-C, § 7º), quanto aos juros remuneratórios, consolidou o seguinte: a) as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) são inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. Quanto às disposições de ofício, o referido julgado determinou que *"É vedado aos juízes de primeiro e segundo graus de jurisdição julgar, com fundamento no art. 51 do CDC, sem pedido expresso, a abusividade de cláusulas nos contratos bancários"*.

Desta forma, verifica-se que o acórdão recorrido, ao estabelecer a possibilidade de decretar a nulidade de cláusulas contratuais *"independentemente de provocação de qualquer das partes"* (fl. 124) e *"limitar os juros remuneratórios a 12% ao ano e tal provimento, nos termos do que foi explanado, não gera qualquer afronta ao artigo 4º, inciso IX, da Lei 4.595/64, e tampouco ao disposto na Resolução BACEN 10.64/86, na mesma medida em que entendo não aplicáveis as Súmulas 296 e 283 do STJ e 596 do STF"* (fl. 149), está em desacordo com a jurisprudência desta Corte Superior, merecendo, pois, reforma no ponto.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para permitir a cobrança de juros remuneratórios no percentual contratado e afastar do julgamento as disposições de ofício quanto à cobrança de IOF e Tarifa de Abertura de Crédito.

Custas e honorários advocatícios, observado quanto a estes o *quantum* fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, ressalvada a concessão de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator

